


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0007134-59.2005.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Execução de Título Extrajudicial -**
 Requerente: **Industria e Comercio de Tambores e Sucatas Sao Carlos Ltda**
 Requerido: **Juarez Silva Oliveira de Simoes Filho**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de ação de execução de título extrajudicial movida por INDUSTRIA E COMÉRCIO DE TAMBORES E SUCATAS SÃO CARLOS LTDA contra JUAREZ SILVA OLIVEIRA DE SIMÕES FILHO.

O art. 802, do Código de Processo Civil estabelece que o despacho que ordena a citação interrompe o prazo de prescrição, desde que, nos 10 dias seguintes, a parte exequente providencie o necessário para sua viabilização.

No caso, o inadimplemento se deu em 14/06/2005 e a ação foi ajuizada em 31/10/2005.

Infrutífera a tentativa de citação, a parte exequente deixou de requerer e providenciar o necessário para que, nos 10 dias seguintes, a citação se aperfeiçoasse, permanecendo inerte por mais de 10 anos.

Não há como se considerar, no caso, que a demora decorre de culpa exclusiva do Judiciário ou do próprio executado, já que o exequente não pleiteou as medidas adequadas para que fosse encontrado e/ou não sendo localizado, sua citação por edital.

Inaplicável à espécie o disposto no art. 240, § 1º, a prescrição deve ser contada desde a data do próprio inadimplemento.

E, tendo em vista o transcurso de prazo superior ao lapso previsto para a pretensão executiva, de rigor o reconhecimento da prescrição.

Sobre o tema, confira-se a posição do Superior Tribunal de Justiça:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DO RÉU. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. DECISÃO QUE SE MANTÉM, NA ÍNTEGRA, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Os fatos dados por incontroversos pelos autos são: I) a data da emissão do cheque é de 11/06/2003; II) a ação monitória foi ajuizada em 30/6/2005; III) não localização da ré; IV) não há pedido de citação por edital; V) até a prolação da sentença, em 13/12/2011, a devedora ainda não tinha sido citada. 2. O art. 219 do CPC, especificamente em seu § 4º, é claro ao consignar: "Não se efetuando a citação nos prazos mencionados nos parágrafos antecedentes, haver-se-á por não interrompida a prescrição." 3. No presente caso, para que não


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

se operasse a prescrição intercorrente, a citação válida da devedora deveria ter ocorrido dentro do período de cinco anos a contar da data da emissão do cheque. Não efetivada a citação tradicional, nem tendo o credor requerido ao Juízo fosse feita a citação por edital, para que, mesmo fictamente, se angularizasse a relação processual, possibilidade essa prevista na legislação processual, o prazo, dentro do procedimento monitório instaurado, transcorreu sem interrupção da prescrição. 4. Decisão agravada que se mantém por seus próprios fundamentos. 5. Agravo regimental não provido" (AgRg no AREsp 369.182/RJ, Rel Ministro RAUL ARAUJO, QUARTA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 04/12/2013).

O caso, ainda que se trate de ação monitória, é perfeitamente aplicável à espécie, pois a lógica estabelecida tanto para a ação de conhecimento quanto para a ação de execução, ao menos no que tange à disciplina da prescrição, é rigorosamente a mesma.

Em suma, inaplicável o disposto no art. 240, e respectivos parágrafos, além do art. 802, parágrafo único, não havendo qualquer outra causa interruptiva a ser reconhecida, de rigor o pronunciamento da prescrição.

Ante o exposto, indefiro a petição de fls.71/72, e **JULGO EXTINTO** o processo, com resolução de mérito, nos termos do art.924, inciso V, do Código de Processo Civil.

Custas e despesas pela parte exequente. Sem honorários, pois não houve sequer a citação.

P.I. e oportunamente, arquivem-se os autos.

São Carlos, 01 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**